



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 11/2019

Período: 13/04/2019 – 19/04/2019

GEDES - UNESP

- 1- Presidente da República defendeu militares envolvidos na morte de Evaldo dos Santos e Luciano Macedo
- 2- Morreu civil baleado pelo Exército
- 3- Operações de Garantia da Lei e da Ordem custaram R\$ 2,6 bilhões
- 4- Forças Armadas pediram mais verba
- 5- Bolsonaro pretende mudar regras para porte de armas
- 6- Rotatividade em cargos ocupados por militares das Forças Armadas no governo federal

1- Presidente da República defendeu militares envolvidos na morte de Evaldo dos Santos e Luciano Macedo

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, em sua primeira manifestação sobre o assassinato de Evaldo dos Santos, afirmou que o caso foi um “incidente” e o Exército não é “assassino”. Evaldo foi assassinado no dia 07/04/19 quando dez militares do Exército alvejaram com 80 tiros o veículo que dirigia junto à sua família. Segundo Bolsonaro, “o Exército não matou ninguém”. O presidente acrescentou que investigações sobre o caso serão realizadas e os responsáveis serão penalizados. Em entrevista à rádio CBN, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, classificou a morte do civil como “uma ocorrência lamentável”. Segundo Mourão, “foram disparos péssimos, porque se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém dentro do veículo” e a “tragédia” poderia ser pior. O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, criticou o emprego de militares das Forças Armadas em missões de segurança pública. Segundo o ministro, “nossa missão precípua não é essa”. “O nosso armamento não é adequado para isso. A legislação não é adequada para isso”, complementou Azevedo e Silva. Em coluna opinativa para a *Folha*, o professor de direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira, afirmou que a morte de Evaldo “está longe de ser um incidente, um lamentável erro de um pequeno grupo de militares jovens e despreparados”. Segundo Vieira, o assassinato do civil foi “fruto de décadas de descaso com a segurança pública”. De acordo com o professor, “a morte de civis pelas forças de segurança do Estado brasileiro tem sido uma prática sistemática” ao longo da história do país. Vieira acrescentou que durante a ditadura militar (1964-1985) a violência das forças de segurança pública foi “uma política de Estado, que levou à execução, à tortura e ao

desaparecimento de centenas de dissidentes”. De acordo com o *Correio* e *O Estado*, o Superior Tribunal Militar (STM) negou o pedido de *habeas corpus* dos nove militares detidos pela Justiça Militar após a ação. No dia 12/04/19, o ministro do STM, general Lúcio Mauro de Barros Góes manteve a detenção. De acordo com Góes, os militares acusados no caso desrespeitaram “as regras de engajamento que devem pautar a atuação dos militares, o que culminou na prática delitiva”. (*Correio Braziliense* – Brasil – 13/04/19; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 13/04/19; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 14/04/19; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 13/04/19)

2- Morreu civil baleado pelo Exército

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, morreu no dia 18/04/19 um dos civis baleados pelo Exército em operação na região de Guadalupe, na cidade do Rio de Janeiro. Luciano Macedo foi atingido por três tiros nas costas na mesma ação do dia 07/04/19 que assassinou o músico Evaldo Santos Rosa. Segundo os periódicos, Macedo foi baleado enquanto socorria a família do motorista do veículo alvejado por 80 tiros. De acordo com a esposa de Luciano, Daiana Horrara, ele salvou uma criança que estava no banco traseiro do veículo atingido pelo Exército e retornou para socorrer Evaldo dos Santos Rosa, quando foi alvejado pelas costas por três tiros disparados pelos militares. Segundo Daiana, os militares não prestaram socorro imediato à vítima e ordenaram que ela se afastasse do marido. Depois da ocorrência, nove militares foram presos preventivamente. Em nota, o Comando Militar do Leste afirmou que “não comenta investigação em andamento”, que tem por objetivo identificar a participação de cada um dos militares no fuzilamento. Em entrevista à *Folha*, o integrante da organização não-governamental Rio da Paz, Antonio Carlos Costa, que presta auxílio à família de Luciano, declarou que o Estado errou seguidas vezes no caso. De acordo com Costa, “O Exército errou ao atirar em alguém que tentava ajudar uma família, errou ao ver a vítima em agonia no chão e não prestar socorro, e errou ainda ao ignorar o sofrimento da família”. Em declaração, o advogado da família de Macedo afirmou que buscará as indenizações devidas à família (*Correio Braziliense* – Cidades – 19/04/19; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 19/04/19; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole– 19/04/19)

3- Operações de Garantia da Lei e da Ordem custaram R\$ 2,6 bilhões

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo federal gastou R\$ 2,6 bilhões, em valores corrigidos pela inflação, em 49 operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas pelas Forças Armadas de janeiro de 2010 a dezembro de 2018. Do total, 49% foi utilizado em operações realizadas durante três eventos esportivos: a Copa das Confederações, em 2013 com cerca de R\$ 572,7 milhões, os Jogos Mundiais Militares, em 2011 com orçamento de R\$ 590,8 milhões, e a Copa do Mundo, em 2014 com gastos de R\$ 109,2 milhões. Um estudo do Ministério da Defesa revelou que das 135 das operações de GLO realizadas desde o governo do presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 1992, 17% das ações foram desencadeadas em virtude da violência urbana e outros 18,5% com o objetivo de suprir a segurança pública em períodos de greve das Polícias Militares estaduais. O periódico ouviu especialistas que comentaram o uso das Forças em operações de GLO. O professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Carlos Frederico Coelho, afirmou que ações de GLO são paradoxais pois expõem a conexão “entre Exército e sociedade”, algo que pode acarretar a banalização das Forças e sua

exposição a “situações adversas”. Coelho defendeu que não é desejável que militares assumam tarefas das instituições civis pois isso pode prejudicar seu desenvolvimento. O gestor do Observatório Militar da Praia Vermelha da ECEME, coronel do Exército Carlos Eduardo De Franciscis, afirmou que a GLO "não pode ser tratada como instrumento de segurança pública", mas que situações graves na segurança pública demandam a ação das Forças. De acordo com De Franciscis, "queremos que a polícia seja cada vez mais polícia, mas a polícia está enfrentando o quê hoje? Não são criminosos com armas de guerra?". O diretor presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, ponderou que em alguns momentos as operações de GLO cumpriram seu "papel de estabilização", mas que tal papel foi banalizado, e não é suficiente para estancar os problemas da segurança. De acordo com Lima, a operação de GLO "é uma reação pontual do Estado brasileiro. Se quiser fazer o tempo todo, você estoura as Forças Armadas". Segundo a diretora do escritório brasileiro da organização não-governamental Human Rights Watch, Maria Laura Canineu, a atuação das Forças Armadas em policiamento de rua "não é adequada e, portanto, deveria ser excepcionalíssima". Guilherme Dias, pesquisador do OMPV, argumentou que a defesa nacional “vai ser sempre uma prioridade para o Exército” e que a banalização das operações de GLO preocupa, mas que “houve a percepção de que, havendo a demanda e a decretação da Presidência, a ordem vai ser cumprida”. De acordo com Dias, “à medida em que o componente político pressionar o componente militar, as Forças Armadas têm que estar prontas”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/04/19)

4- Forças Armadas pediram mais verba

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Edson Pujol, aproveitou a comemoração do dia do Exército ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro, para pedir aumento na verba destinada às Forças Armadas (FFAA). Segundo os periódicos, o governo federal determinou um contingenciamento de 21% da verba destinada ao Ministério da Defesa no ano de 2019. De acordo com os jornais, os militares estão preocupados com a demora da retomada da economia e sua imprevisibilidade. Segundo os jornais, para as FFAA, o ideal seria que 2% do Produto Interno Bruto (PIB) fosse destinado a seu orçamento. No ano de 2017 foram 1,4% destinados às forças de defesa, e, no ano de 2019, o orçamento foi cotado em 1,5% do PIB. De acordo com os periódicos, com os cortes do orçamento, vários projetos das FFAA têm sido afetados, como os projetos do Exército para a compra de 3.849 Blindados Guarani, prevista para 2020, mas adiada até 2041. Entre outros projetos que tiveram verbas contingenciadas está Sistema de Vigilância de Fronteiras (Sisfron), que teve início em 2012, mas só teve 10,2% do esperado concluído. De acordo com *O Estado*, o projeto da Marinha para a construção de quatro submarinos foi prorrogado de 2020 para 2023, e a Aeronáutica teve a compra de 36 caças adiada várias vezes, além da produção da aeronave KC-390 que era esperada para 2017, mas teve o prazo estendido para 2019. Segundo o jornal, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou no Congresso, na semana do dia 07/04/19, que as FFAA entendem que estão recebendo verbas, mas que “os projetos são muito bem planejados pelas três Forças e necessários. Segundo Azevedo e Silva, os comandantes das três forças suspenderam “qualquer projeto novo” ao priorizar a finalização dos projetos vigentes. (*Correio Braziliense* – Política – 18/04/19; *O Estado de S. Paulo* – Política – 18/04/19)

5- Bolsonaro pretende mudar regras para porte de armas

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que pretende editar um conjunto de normas para facilitar o porte de armas de fogo para militares, colecionadores, caçadores e atiradores esportivos. Segundo *O Estado*, apesar de não oferecer mais detalhes, Bolsonaro afirmou que discutiu o tema com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva. De acordo com Bolsonaro, as “novidades” e “surpresas” da decisão tem como objetivo “é tratar os colecionadores, atiradores e caçadores com o devido respeito que eles merecem”. O jornal ressaltou que a ideia seria conceder porte permanente aos militares na ativa e da reserva que atingirem ao menos dez anos de serviço. Em adição, o presidente afirmou que o governo federal defenderá a aprovação de um “excludente de ilicitude” para civis que utilizarem armamentos em legítima defesa ou em defesa da propriedade. De acordo com *O Estado*, esse projeto deve ser submetido à Câmara dos Deputados nas próximas semanas. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/04/19*)

6- Rotatividade em cargos ocupados por militares das Forças Armadas no governo federal

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, oito militares das Forças Armadas ocupam o comando de ministérios no primeiro escalão do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo *O Estado*, em janeiro de 2019, ao menos 30 cargos de segundo escalão em 13 ministérios eram ocupados por militares. Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado*, o atual coordenador de Proteção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), coronel da reserva do Exército Antônio César de Oliveira Mendes, foi nomeado presidente interino do instituto até que o cargo possa ser assumido pelo comandante da Polícia Militar Ambiental do estado de São Paulo, coronel Homero de George Cerqueira. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o general da reserva Décio dos Santos Brasil, assumirá o cargo de secretário especial de Esporte do Ministério da Cidadania. O general Brasil substituirá o general Marco Aurélio Vieira, que foi exonerado do cargo no dia 18/04/19. De acordo com a *Folha*, Vieira foi exonerado porque articulava o retorno do status ministerial à pasta do Esporte. De acordo com os jornais *Correio* e *O Estado*, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira foi exonerado dos cargos de Secretário Executivo do Ministério da Educação. Vieira foi exonerado após a nomeação do novo ministro da Educação, Abraham Weintraub. De acordo com o *Correio*, Weintraub teria prometido alocar o tenente-brigadeiro como assessor especial do ministério. Vieira, porém, foi avisado de que seria exonerado definitivamente no dia 18/04/19. (*Correio Braziliense – Política – 18/04/19; Folha de S. Paulo – Esporte – 19/04/19; O Estado de S. Paulo – Política – 19/04/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na

versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).